

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA****AJUSTE DIRETO COM CONSULTA DE DUAS OU MAIS EMPRESAS**

AJUSTE DIRETO N.º 3/2013

**CADERNO DE ENCARGOS****Parte I****Cláusulas Jurídicas****ARTIGO 1.º****Identificação do concurso**

1. O presente procedimento é um Ajuste Direto e tem a seguinte designação: AJUSTE DIRECTO N.º 3/2013 PARA FORNECIMENTO DE LEITE ESCOLAR.
2. O presente concurso pertence à classificação 15511400-7, leite meio gordo do CPV, a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, de 15 de Março de 2008.

**ARTIGO 2.º****Entidade pública adjudicante**

A entidade pública adjudicante é o **Agrupamento de Escolas da Caparica**, com sede na Escola Secundária do Monte de Caparica (ESMC), sita na Rua Projetada V à Rua da Urraca, 2825-125 Monte de Caparica, com o telefone n.º 212946120 e o endereço eletrónico [aecaparica@gmail.com](mailto:aecaparica@gmail.com)

**ARTIGO 3.º****Órgão que tomou a decisão de contratar**

Nos termos da alínea a), n.º 1, do art.º 16º, conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 20º, ambos do Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, regulamentado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, foi tomada a decisão de contratar em reunião de 20/11/2013 do Conselho Administrativo do Agrupamento de Escolas da Caparica.

**Artigo 4.º****Objeto do fornecimento**

1. O presente concurso tem por objeto, a aquisição estimada de:
  - a) Lote 1 - Sessenta e seis mil, cento e vinte e quatro unidades de pacotes de 200 ml de leite em natureza meio gordo, em embalagens de tara perdida com palhinha acoplada, com 1,5% de gordura, 8gr de açúcar e 0,8gr de cacau (valores máximos), sem aditivos nem

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA**

conservantes. O teor ponderal de leite meio gordo não pode ser inferior a 90% - Regulamento (CE) n.º 657/2008, da Comissão de 10 julho - Anexo I, alínea b).

- b) Lote 2 - Vinte e cinco mil, setecentos e quatro unidades de pacotes de 200 ml de leite em natureza meio gordo, em embalagens de tara perdida com palhinha acoplada, com 1,5% de gordura.
2. Para efeitos deste concurso, considera-se como preço base (n.º 1 do art.º 47º) o de € 22.038,72 (vinte de dois mil, trinta e oito euros e setenta e dois cêntimos), correspondente ao preço unitário de € 0,24 por embalagem/pacote.
  3. Os concorrentes poderão candidatar-se ao fornecimento de Leite Escolar a um ou à totalidade dos lotes.
  4. O fornecimento destina-se às crianças da educação pré-escolar, e aos alunos do 1º ciclo do ensino básico que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do agrupamento de Escolas da Caparica.
  5. Os bens objeto do presente procedimento concursal, serão descarregados e entregues, pela empresa fornecedora, diretamente nas diferentes escolas do 1º ciclo/jardins de infância, conforme lista em anexo ao presente caderno de encargos.
  6. Os rótulos das embalagens de leite escolar devem conter as menções obrigatórias em matéria de rotulagem (D.L. n.º 560/99 e demais legislação em vigor).

**Artigo 5º****Concorrentes**

1. Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55º do CCP.
2. Só serão admitidos como concorrentes as empresas com o licenciamento da atividade que interessa ao objeto do contrato.
3. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica exigida, quando lhe for adjudicado o contrato e aquela forma seja necessária à boa execução do mesmo.
4. Os concorrentes nacionais de outros Estados membros da União Europeia ou neles estabelecidos e das Partes Contratantes do acordo do Espaço Económico Europeu e da Organização Mundial do Comércio podem concorrer em situação de igualdade com os nacionais, nos termos previstos nos respetivos acordos.



**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA**

5. Os concorrentes referidos no número anterior devem apresentar os mesmos documentos que são exigidos aos concorrentes nacionais, os quais, quando for caso disso, são emitidos pelas autoridades competentes do país de origem.

**Artigo 6º****Critério de Adjudicação**

A adjudicação será feita em relação a cada uma das propostas segundo o critério da proposta de “mais baixo preço”.

Se dois ou mais concorrentes apresentarem propostas de preço de valor igual, serão utilizados os fatores de decisão indicados e hierarquizados da seguinte forma:

- A proposta que apresente o prazo de execução mais curto;
- A proposta que apresente o prazo de validade do leite escolar mais dilatado;
- A proposta que apresente o maior valor incidente sobre os custos do leite em natureza com 1,5% de gordura.

**Artigo 7º****Elementos a indicar, obrigatoriamente, nas propostas**

1. A proposta deve ser acompanhada:
  - a) De declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do art.º 57º do CCP.
  - b) Preço unitário e preço global do fornecimento. O preço da proposta é expresso em euros e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA). É indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso, de acordo com o art.º 60º do CCP. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalece sempre, para todos os efeitos, o menor.
  - c) Nota justificativa do preço com os custos do Leite em natureza com 1,5% de gordura, custos de produção, valor da embalagem, incluindo palhinha ou equivalente e suporte, transporte, incluindo o descarregamento, encargos com pessoal, encargos gerais e lucro e outros custos associados.
  - d) A proposta deve indicar os valores nutricionais por 200 ml de leite (hidratos de carbono, lípidos, calorias, etc).
2. Declaração do concorrente relativamente à implementação do sistema HACCP.
3. Declaração do concorrente que mencione a percentagem de todos os aditivos, substâncias e/ou ingredientes constantes do leite Escolar.
4. Documento comprovativo do licenciamento da atividade que interessa ao objeto do contrato.

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA****Artigo 8º****Propostas com variantes**

Não é permitida a apresentação de propostas com variantes.

**Artigo 9º****Idioma dos documentos que constituem as propostas**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos efeitos sobre os respectivos originais.

**Artigo 10º****Prazo de entrega e modo de apresentação das propostas**

1. A proposta deve ser assinada por quem tenha competência para obrigar a firma, devendo a assinatura ter o carimbo comercial da firma, ser passada para formato PDF e enviada para o endereço eletrónico: aecaparica@gmail.com
2. No caso do agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada por todas as entidades que o compõem ou pelos seus representantes.
3. A proposta deverá, sob pena de exclusão, dar entrada na aplicação de Compras Públicas Gatewit até às 16:30 do próximo dia 13 de Dezembro de 2013 ou para o email aecaparica@gmail.com.
4. A proposta deve indicar:  
O nome e endereço do concorrente  
A referência ao ajuste direto n.º 2/2013

**Artigo 11º****Prazo para manutenção das propostas**

Os concorrentes devem manter as suas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

**Artigo 12º****Exclusão de propostas**

1. São excluídas as propostas cuja análise revele:
  - a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
  - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do caderno de Encargos;



**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA**

- c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55º do CCP;
  - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos solicitados no Caderno de Encargos;
  - e) Que violem o disposto no n.º 7 do artigo 59º do CCP;
  - f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação da proposta fixadas no Caderno de Encargos;
  - g) Que, identificando erros ou omissões das peças de concurso, não cumpram o disposto no n.º 7 do artigo 61º do CCP;
  - h) Que não apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132º do CCP;
  - i) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto nas regras referidas no n.º 4 do artigo 132º do CCP;
  - j) Que não apresentam alguns dos atributos e documentos solicitados no Caderno de Encargos;
  - k) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetido à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.º 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49º do CCP;
  - l) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
  - m) Que o preço contratual a celebrar implicaria ser superior ao preço base;
  - n) Um preço anormalmente baixo cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenha sido considerado nos termos do disposto no artigo 70º do CCP;
  - o) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regularmente aplicáveis;
  - p) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
2. São também excluídas as propostas que, por motivos não referidos nos números anteriores, se encontrem abrangidas pelo disposto nos artigos 70º e 146º do CCP.

**Artigo 13º****DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. Para efeitos de contratação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do art.º 81º do CCP;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do CCP;
2. Os documentos referidos no número anterior deverão ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias após receção da notificação de adjudicação.

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA**

3. Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação determina a caducidade da adjudicação, sendo para o efeito aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 86.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Caderno de Encargos, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

**Artigo 14.º****INCUMPRIMENTO DO CONTRATO**

1. Nos casos em que injustificadamente o adjudicatário recuse efetuar um fornecimento ou se atrase nas entregas do bem objeto do procedimento concursal ou ainda não substitua, em devido tempo, os produtos rejeitados, o adjudicatário poderá aplicar as seguintes sanções:
  - a) A entidade adjudicante poderá, em caso de necessidade, adquirir a outro fornecedor os produtos em falta, ficando a diferença de preço, se a houver, a cargo do adjudicatário;
  - b) Por cada dia em que for excedido o prazo de entrega estabelecido, o adjudicatário ficará sujeito ao pagamento de uma sanção correspondente a 1% sobre o valor do fornecimento não efetuado.
2. Se o adjudicatário não cumprir as condições contratuais, poderá ser resolvido o contrato.

**Artigo 15.º****RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

1. O direito à resolução do contrato poderá ser exercido pela entidade adjudicante e pelo adjudicatário nos termos do disposto nos artigos 332.º a 334.º do CCP.
2. A entidade adjudicante poderá resolver o contrato sempre que, por razões imputáveis ao adjudicatário, não seja efetuado o normal fornecimento de leite escolar às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico do Agrupamento de Escolas.
3. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contratante previstas no contrato, a entidade adjudicante pode resolver o contrato a título sancionatório nos seguintes casos:
  - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;
  - b) Incumprimento, por parte do adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
4. A resolução do contrato produz efeitos a partir da data fixada na respetiva notificação.
5. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.



**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CAPARICA****ARTIGO 16º****Caução**

1. O adjudicatário terá de apresentar uma caução no valor de 5% sobre o total da adjudicação sem IVA, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 89º do CCP.
2. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 90º do CCP.
3. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário (n.º 9 do artigo 90º do CCP).

**Artigo 17º****CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. O adjudicatário enviará à entidade adjudicante, nos primeiros 5 dias úteis após a entrega do fornecimento, as faturas discriminadas referentes ao número de pacotes de leite fornecidos, bem como todos os elementos justificativos do montante a pagar.
2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo máximo de 60 dias contados após a sua entrega, de acordo com o n.º 2 do art.º 299º do CCP.

**ARTIGO 17º****LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1. As normas do Caderno de Encargos prevalecem sobre quaisquer indicações com elas desconformes.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o disposto no CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, no Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de Julho e demais legislação em vigor.

Monte de Caparica, 25 de novembro de 2013

A Presidente da Comissão Administrativa Provisória

  
(Maria Manuela Dâmaso dos Santos)**Em Anexo:**

- I. Listagem de Leite de EB1/JI Vila Nova de Caparica
- II. Listagem de Leite de EB1 José Cardoso Pires
- III. Listagem de Leite de EB1/JI da Costa da Caparica